

Carta Presi 002/2021

Brasília, 27 de janeiro de 2021

Ilma. Sra.

MARIA NETTO

Especialista Líder

Divisão de Conectividade, Mercados e Finanças do

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Prezada Maria Netto,

A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) têm cooperado formalmente para a consolidação institucional do Sistema Nacional de Fomento (SNF) e para a agenda do desenvolvimento brasileiro desde 2012. Os desafios de enfrentamento à crise da Covid-19, no ano de 2020, aprofundaram a parceria e sinalizaram para a necessidade de **reafirmarmos nossa estratégia de cooperação** em direção a iniciativas que promovam o fortalecimento das instituições financeiras de desenvolvimento (IFDs) brasileiras, atores fundamentais para a **revitalização do tecido produtivo nacional** e para a **recuperação sustentável da economia**.

Ao longo dos últimos anos, **três acordos de cooperação** e diversos contratos individuais foram firmados e implementados, cobrindo iniciativas em áreas variadas: capacidades institucionais das IFDs; modernização do setor público subnacional; investimentos em infraestrutura, por meio de concessões e PPPs; instrumentos financeiros inovadores; sustentabilidade social e ambiental; aspectos regulatórios do financiamento ao desenvolvimento; entre outras agendas estratégicas para a atuação conjunta dos membros da ABDE e do BID. Tais acordos contribuíram não apenas para fortalecer o SNF, como também para **consolidar iniciativas colaborativas de grande relevância** e abrangência, como o Laboratório de Inovação Financeira (Lab) e o Prêmio ABDE-BID.

O último acordo de cooperação se encerrou formalmente em 2019, o que não impediu a continuidade da parceria por meio de iniciativas específicas, especialmente voltadas à mitigação dos efeitos da crise da Covid-19. No entanto, consideramos de fundamental importância o **estabe-**

lecimento de novo instrumento de parceria que balize ações estratégicas conjuntas entre ABDE e BID, apoiando os membros do SNF nos futuros desafios de recuperação econômica, resiliência do setor produtivo e promoção do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, sugerimos os seguintes **pontos estruturantes para o próximo Acordo de Cooperação**:

- **Recuperação econômica sustentável e inclusiva:** as instituições do SNF tiveram papel essencial na atuação contracíclica diante dos efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a economia brasileira, com impactos diferenciados entre setores econômicos e grupos sociais. Sabe-se que o desafio, para os próximos anos, será o de apoiar a recuperação econômica integrando princípios de sustentabilidade e inclusão. O SNF deve estar preparado para fortalecer iniciativas “*building back better*”, que aproveitem a oportunidade das políticas de recuperação para enfrentar as agendas globais da transição climática, da resiliência a riscos sociais, ambientais e de saúde pública, dos objetivos do desenvolvimento sustentável e da promoção da diversidade. Praticamente todos os pontos estruturantes listados adiante estão relacionados a esse tema, mas agendas de futuro que merecem destaque são: (a) a criação de instrumentos financeiros que permitam ampliar a captação de recursos – privados e internacionais – para projetos de sustentabilidade, como letras de desenvolvimento sustentável, soluções de securitização de ativos etc.; (b) a revisão de marcos regulatórios para potencializar a atuação do SNF na agenda da recuperação sustentável, com contrapartidas de fortalecimento de capacidades institucionais e de governança; (c) a consolidação de plataformas de troca de experiências, de difusão de boas-práticas e compartilhamento de metodologias; e (d) a ampliação do conhecimento e o refinamento de estratégias para endereçar temas de promoção da diversidade, mapeando e prospectando alternativas para os *gaps* existentes no acesso a recursos segundo recortes como gênero, raça, etnia, orientação sexual etc.
- **Redução do *gap* de infraestrutura:** segundo estimativas da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), o Brasil necessita de investimentos anuais da ordem de 4,3% do PIB para adequar a infraestrutura nacional, mas tem conseguido despendar pouco mais de 2,0% a.a. As restrições fiscais dos governos federal e estaduais têm reduzido o espaço para investimentos públicos no setor, o que agrava e amplia o *gap* desde 2015. O SNF, no entanto, se mantém como importante ator no apoio à infraestrutura nacional e subnacional (com ênfase na atuação junto a municípios), contribuindo desde o planejamento e estruturação dos projetos até o seu financiamento. No

tema das concessões e das PPPs, as IFDs têm estruturado instrumentos inovadores, contribuindo para a mobilização de recursos privados e internacionais. Agendas de futuro na pauta da infraestrutura incluem: (a) a integração de critérios de sustentabilidade nos investimentos (“infraestrutura sustentável”, “cidades inteligentes” etc.); (b) o fortalecimento de instrumentos de estruturação de projetos e parcerias com o setor privado; (c) soluções para aceleração da estruturação dos projetos (modelagens de escritórios de projetos) e (d) o estabelecimento de mecanismos de garantia para financiamentos ao setor.

- **Micro, pequenas e médias empresas (MPMEs):** durante a crise da Covid-19, o tema das MPMEs foi amplamente discutido e atendido pelo SNF, dada a gravidade dos efeitos da pandemia sobre este segmento, que já enfrentava importantes restrições de acesso ao mercado de crédito no Brasil. Sabe-se que os principais gargalos de acesso estão ligados principalmente à incapacidade de oferecer garantias, ao custo do crédito para o tomador final e à baixa capacitação dos proprietários de negócios de menor porte para lidar com financiamentos. O setor, que registra baixos índices de produtividade, encontra-se pressionado a se reposicionar nos próximos anos, assimilando estratégias produtivas e comerciais inovadoras, que dependerão significativamente de acesso a recursos. Agendas de futuro no tema das MPMEs incluem: (a) ampliação do acesso a financiamento, com estratégias que estimulem e aliem instrumentos garantidores de crédito, mercados de capitais, plataformas digitais, *crowdfunding*, capacitação para o crédito etc.; (b) promoção de critérios de sustentabilidade e diversidade nas operações com MPMEs (ex: aplicação da agenda ODS para o segmento); e (c) apoio à consolidação de estratégias de inteligência da informação (bases de dados, *datamining* etc.), que permitam ampliar o conhecimento, reduzir assimetrias de informação e percepção de risco sobre o segmento, potencializando o desenvolvimento de linhas de financiamento customizadas e mais bem adequadas às suas necessidades.
- **Desenvolvimento regional:** o SNF é composto por grupo variado de instituições, com *expertise* regional e vínculos relevantes com as políticas de desenvolvimento de atores subnacionais. Nesse sentido, as IFDs são veículos para a implementação de programas e financiamentos nacionais e internacionais nos territórios, fazendo com que os recursos cheguem à ponta com rapidez e precisão. Sabe-se que a região da Amazônia Legal, que conta com grupo relativamente reduzido de instituições de fomento, é estra-

tégica para o desenvolvimento brasileiro, tanto por sua posição geopolítica, quanto por sua centralidade no tema da sustentabilidade. Nesse sentido, agendas de promoção do desenvolvimento regional devem ter em conta: (a) o fortalecimento do papel das IFDs como canais de distribuição de recursos, especialmente internacionais, para os territórios, inclusive por meio do aprimoramento dos arcabouços institucionais e regulatórios pertinentes; (b) a territorialização de critérios de sustentabilidade e da implementação da agenda ODS pelo SNF; e (c) mapeamento de necessidades e o estabelecimento de estratégia específica para as regiões, em especial a Amazônia.

- **Digitalização e inovação financeira:** o sistema financeiro global (e nacional) passa por transformações substantivas relacionadas à incorporação de avanços tecnológicos que têm contribuído para encurtar distâncias entre financiadores e tomadores de recursos, com implicações importantes para o tema do desenvolvimento. Diversos mecanismos financeiros inovadores têm sido implementados na esteira desse processo, muitos dos quais já foram integrados às estratégias das instituições do SNF. O próprio Banco Central tem cumprido papel no estímulo a estas transformações, inclusive com o salutar objetivo de promover a concorrência no setor financeiro. Para as IFDs, a incorporação de tecnologias financeiras será crucial para ampliar o alcance de suas operações e reduzir custos, o que permitirá oferecer recursos a taxas mais adequadas para mandatos de desenvolvimento. Há muitas agendas de futuro nesse âmbito, mas cabe destacar: (a) a digitalização dos processos internos e do relacionamento com clientes, facilitando o acesso aos recursos do SNF, otimizando estruturas operacionais e facilitando a integração das IFDs às agendas do Banco Central (ex: *Open Banking*); (b) a promoção de instrumentos financeiros (e de apoio ao desenvolvimento) inovadores, ajustados para as necessidades específicas de instituições de fomento; e (c) o estabelecimento de plataformas para compartilhamento digital de serviços, inclusive com alternativas que permitam alavancar ações coordenadas entre os membros do SNF e parceiros privados e internacionais.
- **Monitoramento e avaliação:** o SNF avança na construção de ferramentas para monitoramento e avaliação de suas políticas, programas e linhas de financiamento, ainda que a difusão de tais práticas seja desigual entre os vários membros da ABDE. O tema é de fundamental importância tanto para fortalecer a comunicação ampla com atores interessados na atuação do SNF, quanto para apoiar o (re)alinhamento estratégico das

IFDs, a partir das evidências de eficácia, eficiência e efetividade de suas ações. Há iniciativas individuais importantes, mas agendas nesse ponto devem considerar: (a) o fortalecimento de redes e plataformas de troca de informações e de experiências de monitoramento e avaliação, inclusive com participação de outros atores do poder público, de organismos internacionais e do setor privado; e (b) a consolidação de bases de dados e de estratégias de gestão da informação que possibilitem análises refinadas sobre o impacto obtido pelas ações implementadas pelo SNF.

Entendemos que os pontos estruturantes elencados acima cobrem a maior parte dos desafios que deverão ser enfrentados pelo SNF nos anos a seguir. Consideramos que o BID, seus programas e suas instituições coligadas – como o BID Lab – podem oferecer aos membros da ABDE importante contribuição, por meio do apoio para atividades de capacitação; realização de estudos e estruturação de bases de dados; desenvolvimento de metodologias; estabelecimento de grupos de trabalho; organização de eventos; financiamento de publicações especializadas; e contratação de consultores e especialistas para apoio a projetos. Acreditamos que o estabelecimento desse Acordo de Cooperação contribuirá para fortalecer ainda mais o papel do SNF para uma recuperação econômica sustentável e inclusiva, que atenda às necessidades dos variados setores, regiões e segmentos da sociedade brasileira.

Grato por sua atenção, coloco-me à disposição.

Cordialmente,



Sergio Gusmão Suchodolski

Presidente da ABDE